

Processo de Recrutamento e Seleção para Admissão de um Técnico Superior

TS – Promoção de saúde

Prazo de candidatura: de 31 de março a 20 de abril de 2022

Encontra-se aberto um processo de recrutamento e seleção, com vista à admissão de um Técnico Superior em regime de contrato de trabalho a termo incerto, para o Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto (ISPUP).

Descrição da função: Planeamento e avaliação de intervenções de promoção da saúde com base populacional.

Plano de trabalhos: O candidato selecionado trabalhará em ligação com estruturas locais de saúde e instituições locais que desenvolvem atividades com impacto na saúde. Será responsável pela recolha e agregação de indicadores de saúde e dos seus determinantes e a sua monitorização. Colaborará no desenho, desenvolvimento, implementação e avaliação de intervenções de promoção da saúde e na gestão dos dados recolhidos no âmbito das atividades implementadas. Será responsável pela produção de relatórios de acompanhamento e avaliação das atividades. Poderá ainda integrar tarefas adicionais necessárias à boa execução do plano de trabalhos.

Local de trabalho e Supervisão: O trabalho será desenvolvido no Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto (ISPUP) ou noutros locais necessários à execução das atividades, sob a supervisão de Elisabete Ramos.

Remuneração e Duração do contrato: O período normal de trabalho semanal é de quarenta horas semanais, com remuneração base mensal de 1.137,73 €, acrescida do subsídio de refeição diário (4,77 €), subsídio de férias e de natal.

Requisitos de Admissão

Poderão candidatar-se todos os indivíduos maiores, possuidores dos seguintes requisitos mínimos obrigatórios, comprovados documentalmente:

- a) Habilitações académicas – Licenciatura nas áreas de saúde, sociologia, antropologia, serviço social, direito, economia ou gestão;
- b) Experiência profissional ou formação académica em desenho, implementação e avaliação de intervenções de promoção da saúde.

Caso o grau tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, terá de ser reconhecido por instituição de ensino superior portuguesa, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto, que aprova o regime jurídico de reconhecimento de graus académicos e diplomas de Ensino Superior, atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras, devendo quaisquer formalidades aí estabelecidas estar cumpridas até à data do termo do prazo para a candidatura.

Condições de preferência ou a serem valorizadas:

- a) Experiência no tratamento e interpretação de indicadores de saúde;
- b) Experiência no desenho e aplicação de instrumentos de recolha de dados bem como na gestão de bases de dados;
- c) Experiência de trabalho colaborativo em equipa e com a rede de parceiros e entidades na comunidade;
- d) Experiência de trabalho em estruturas do poder local;
- e) Experiência de trabalho com métodos de investigação quantitativa e qualitativa;
- f) Fluência na comunicação oral e escrita em Português;
- g) Disponibilidade para deslocações e disponibilidade imediata para iniciar funções;
- h) Capacidade de comunicação, organização e método bem como espírito de equipa, orientação para resultados, responsabilidade e compromisso com o serviço e trabalho de equipa.

Submissão da candidatura

Documentos/informações a apresentar:

- Certificado de habilitações, com média final;
- Curriculum Vitae com descrição das funções exercidas, em particular as mais relevantes para a função a que se candidata;
- Comprovativo(s) de experiência e formação profissional (certificados de trabalho, declarações de entidades patronais anteriores, contratos de trabalho, certificados, etc.);
- Indicação dos contactos de até 3 pessoas que possam fornecer referências sobre o candidato;
- Demais documentação considerada relevante.

A formalização das candidaturas deverá ser realizada através de correio eletrónico, até 20 de abril de 2022, para o endereço candidaturas@ispup.up.pt, com o Assunto “TS – Promoção de saúde”.

Seriação das Candidaturas

As candidaturas que não preencham qualquer um dos requisitos de admissão e de instrução de candidatura são excluídas, nomeadamente a não apresentação de todos os documentos solicitados implica a exclusão do processo de seleção.

As candidaturas serão ordenadas com base em avaliação curricular e, se o júri considerar necessário, haverá recurso à entrevista. Em todos os casos, será considerada a adequação do perfil do(a) candidato(a) às funções/atividades a desempenhar, com particular enfoque na formação e na experiência profissional.

Composição do júri de Seleção

Elemento efetivo: Doutor Henrique Barros

Elemento efetivo: Doutora Elisabete Ramos

Elemento efetivo: Doutor Firmino Machado

Elemento efetivo: Doutora Teresa Leão

Elemento suplente: Mestre Anna Muralova

Elemento suplente: Doutor Romeu Mendes

Notificação dos resultados

O resultado final da avaliação será enviado individualmente a todos(as) os(as) candidatos(as) através de correio eletrónico de acordo com o RDPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados. Os resultados finais da avaliação serão divulgados através do envio da(s) ata(s) por mensagem de correio eletrónico para o endereço indicado pelos/as candidatos/as no Curriculum Vitae submetido.

Os candidatos têm um prazo de 10 dias úteis, a contar do dia imediato ao da notificação, para se pronunciarem, querendo, em sede de audiência prévia.

O ISPUP é livre de preencher o lugar ou não, podendo suspender ou dar por terminado o processo a todo o momento, bastando para tal informar todos os candidatos.

Política de não discriminação e de igualdade de acesso:

O ISPUP promove ativamente uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum candidato/a pode ser privilegiado/a, beneficiado/a, prejudicado/a ou privado/a de qualquer direito ou isento/a de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

Política de privacidade e proteção de dados:

O ISPUP está empenhado no cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais de forma a proteger os dados e a privacidade dos colaboradores, estudantes e parceiros. Enquanto responsável pelo tratamento, o ISPUP compromete-se a tratar todos os dados recolhidos no processo de candidatura de acordo com os trâmites definidos na legislação em matéria de proteção de dados e de acordo com o estipulado na Política de Privacidade.